

Por “desinteligência” e “questiúnculas”: representações do cotidiano e do trabalho nas docas do Recife (1891-1920)

By “desinteligência” and “questiúnculas”: daily and work representations
in the Recife’s docks (1891-1920)

José Bento Rosa da Silva *

Resumo: Este artigo busca, através das notícias veiculadas nos jornais de maior tiragem no período compreendido entre 1891 e 1920, na cidade do Recife, identificar as formas como tais veículos de comunicação representavam os trabalhadores portuários e como muitas vezes eram formas estereotipadas de ver o outro. Partindo do pressuposto de que nem sempre as representações se aproximam do acontecimento real, seguimos a proposição de Walter Benjamim, qual seja, fizemos uma leitura a contrapelo, que nos possibilitou enxergar para além do que os periódicos apresentaram, inclusive o cotidiano tenso do trabalho nas docas do Porto do Recife.

Palavras-chave: Trabalhadores do porto; periódicos; representação

Abstract: Through the published news in the greatest newspapers in the period between 1891 and 1920, in the Recife city, we pursue identify the forms that these communication vehicles represented the port workers (stevedores) and how, as a lot of times, they were presented stereotyped ways of view. Starting from the assumption that the representations are not always closer than the real event, we followed the Walter Benjamin’s propositions and we did against the grain reading that allowed us to see beyond what the periodicals presented, including the tense work routine in the docks of Recife’s port.

Keywords: Port workers (stevedores); newspapers; representation

* Doutor em História, pela Universidade Federal de Pernambuco (2001); Professor Associado da Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: bentorosa.ebano@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0185-0766>.

1. Os homens rudes das docas: à guisa de introdução

Ao longo da História, os trabalhadores portuários foram representados como homens rudes, advindos das camadas “inferiores da sociedade”, iletrados, brigões por excelência, corpóreos, quase titãs. As imagens formuladas descreviam-nos como pessoas de pouca leitura, ignorantes, beirando à brutalidade, homens pouco “polidos”, beberrões, chegados à promiscuidade, pouco inteligentes - sobretudo devido à sua ascendência racial: negros, pretos, pardos, mestiços, “encardidos”, quase brancos. Para esse tipo de gente, só sobraria mesmo o trabalho pesado dos portos, onde o pensar era dispensável, pois bastava a força bruta.

Neste artigo, pretendemos mostrar que, malgrado esse estigma que recaía sobre a categoria dos trabalhadores portuários, especificamente os estivadores, eles eram organizados, politizados, construíram uma cultura operária e, em certas localidades, foram a vanguarda nas reivindicações do operariado urbano, ao longo da primeira República,¹ contando com apoio de outros segmentos da sociedade, como, por exemplo, os estudantes de Direito da Faculdade do Recife e jovens bacharéis, conforme pesquisa recente sobre o operariado recifense, realizada por Felipe Azevedo e Souza.²

Nosso local de investigação foram as docas do Porto do Recife, no período compreendido entre 1891 e 1920. O ano da promulgação da primeira Constituição brasileira da República foi também o da origem da organização dos estivadores da cidade do Recife, motivo pelo qual escolhemos esse marco inicial. Em julho de 1920, ocorreu uma das maiores manifestações reivindicativas dos estivadores em defesa do sustento diário através do trabalho à beira do cais, também conhecida como docas.

Para darmos conta desta empreitada, privilegiamos os periódicos como fontes, pois entendemos que eles, além de noticiarem o acontecido, são formadores de opinião, construtores de representações, reguladores de condutas, enfim, não são neutros, já que portadores de interesses de classe, no caso a classe dirigente, pois

¹ Antônio Paulo Rezende investigou a classe operária pernambucana, no período compreendido entre 1900 e 1922; utilizando diversas fontes, tais como os periódicos da grande imprensa e da imprensa operária. No entanto, não fez um recorte específico sobre os trabalhadores portuários, que consideramos a vanguarda neste recorte temporal em questão. Cf. REZENDE, Antônio Paulo. **A classe operária em Pernambuco: Cooptação e Resistência [1900-1922]**. 1981. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 1981.

² Felipe Azevedo e Souza dedicou o capítulo VI de sua tese de doutorado ao movimento operário recifense, destacando a presença dos estivadores nos movimentos grevistas das primeiras décadas do século XX: “Dias antes das paralisações, o grupo havia promovido dois grandes *meetings*, um na sacada da sede da União dos Estivadores”. In: SOUZA, Felipe Azevedo e. **A participação política das classes populares em três movimentos, Recife (c. 1880 - c. 1900)**. 2018. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018. p. 182.

não se tratava de jornais dos estivadores. Analisaram-se os seguintes jornais: *Jornal Pequeno*, *Diário de Pernambuco*, *A Província* e *Jornal do Recife*. Utilizamos as edições disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, embora cientes de que o universo dos periódicos da cidade do Recife, para esse período, não se esgota nesses jornais. Mas a pretensão não era de esgotar o assunto.³

É importante dizer breves palavras sobre os periódicos mencionados: o *Jornal Pequeno* foi um veículo de grande circulação no Recife, nascido no final do século XIX e com grande circulação durante a primeira metade do século XX. Teve seu primeiro número impresso em 1º de julho de 1898, utilizando as oficinas do *Jornal do Recife*. Permaneceu utilizando aquelas instalações até 20 de julho de 1899, quando foi despejado, interrompendo sua tiragem. Em 24 de julho do mesmo ano, renasceu em outro local (Rua Duque de Caxias, Recife), com o nome de *Jornal Pequeno*. O *Diário de Pernambuco* é o mais antigo periódico em circulação na América Latina, tendo sido fundado em 7 de novembro de 1825 pelo tipógrafo Antonino José de Miranda Falcão. O jornal *A Província* foi um órgão do Partido Liberal pernambucano e circulou no período compreendido entre 1872 e 1919. E, finalmente, o *Jornal do Recife*, que circulou de 1858 a 1939, intitulando-se *Revista Semanal: Ciências, Letras e Artes*. Teve entre os colaboradores o renomado jurista Tobias Barreto.⁴

A presença da população escravizada e seus descendentes no trabalho portuário foi, em nossa opinião, uma das razões para que tal atividade fosse estigmatizada.⁵ No caso do Porto do Recife, identificamos duas notas de jornais que apontam o cais do porto como lugar de “refúgio” e ganha-pão de escravo fugido:

No dia seis do corrente, ausentou-se de casa de José Gonçalves Ferreira da Costa, um seu escravo de nome José do Carmo, de nação angola, baixo e bastante reforçado, semblante prazenteiro [alegre], cara redonda e barbado, tem sinal bem saliente que é ser rendido [com hérnia], consta que o mesmo anda trabalhando na estiva.⁶

³ Este artigo faz parte de um projeto mais amplo, que visa investigar a organização do sindicato dos estivadores do Recife no período compreendido entre 1891 e 1950.

⁴ Sobre a História da imprensa em Pernambuco, ver: NASCIMENTO, Luiz. **História da imprensa em Pernambuco [1821-1954]**. Recife: Editora da UFPE, 1969.

⁵ Sobre a presença de escravos, ex-escravos e seus descendentes no trabalho de estiva no Brasil, os trabalhos estão concentrados mais no centro-sul do país, entre eles: ARANTES, Erika Bastos. **O porto negro: cultura e associativismo dos trabalhadores portuários no Rio de Janeiro na virada do XIX para o XX**. 2010. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010; CRUZ, Maria Cecília Velasco e. Cor, etnicidade e formação de classe no porto do Rio de Janeiro: a sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café e o conflito de 1908. **Revista USP**, São Paulo, n. 68, p. 188-209, dez. 2005 - fev. 2006; SILVA, Fernando Teixeira da. **Operários sem patrões: os trabalhadores da cidade de Santos no entre guerras**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003; CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravidão no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978; SARTI, Ingrid. **Porto vermelho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981; GITAHY, Maria Lúcia Caira. **Ventos do mar: trabalhadores do porto, movimento operário e cultura urbana em Santos, 1889-1914**. São Paulo: Unesp; Santos: Prefeitura Municipal, 1992.

⁶ **Diário de Pernambuco**. Recife, n. 36, 14 fev. 1857. p. 3.

José do Carmo, apesar de sofrer de hérnia, buscou a estiva como possibilidade de ganhar o pão de cada dia, longe da condição de escravizado, embora correndo todos os riscos de ser recapturado, ainda mais que tinha sinal saliente, segundo a descrição do seu dono, que o denunciava. É certo que por ali também ele encontraria uma possível rede de solidariedade, pois havia outros escravizados, mas talvez não encontrasse mais Manoel, de propriedade de Estanislau da Costa, que havia “picado a mula” do cais, onde trabalhava. Evadiu-se no dia 7 de janeiro de 1844. Seu senhor, visando resgatá-lo, publicou nota no *Diário de Pernambuco*, com a esperança de encontrá-lo:

Fugiu o preto Manoel, de nação angico, 50 anos, alto, magro e seco de corpo, cor não muito preta, pernas finas, tem no alto da cabeça, procedida de uma pancada, que levou, julga-se aparecer a cicatriz, tem na mão esquerda o dedo pegado ao mínimo. Era remador das lanchas dos práticos da barra e também trabalhava em navios de estiva, com estivadores.⁷

Passados os anos da escravidão, o estigma sobre os africanos e seus descendentes não foi abolido juntamente com a lei promulgada em 13 de maio de 1888, depois de um longo debate travado no parlamento. Entre as várias possibilidades de abolição, vingou aquela que não satisfez os latifundiários mais abnegados, tampouco representou os anseios dos escravizados; de certa forma, foi uma mudança conservadora, mas que nem chegou a agradar os mais conservadores. Aos descendentes dos escravizados ficaram, entre outras marcas, as chagas da escravidão. A desqualificação do trabalho manual, tal qual o dos estivadores, foi uma delas, conforme evidencia a nossa investigação.

2. À beira do cais do Recife

Apesar de o trabalho à beira do cais ter sido considerado “desqualificado”, era para muitos dos egressos da escravidão e demais trabalhadores das denominadas “classes perigosas”⁸ o lugar de onde era possível buscar o sustento de suas famílias; mas nem todos tinham acesso a esse trabalho. Mesmo antes da organização das sociedades mutualistas, havia, por parte dos órgãos públicos, normas que disciplinavam tal trabalho - uma forma de controlar e de limitar a autonomia dos trabalhadores. A matrícula era uma dessas formas. Só podiam trabalhar na orla os que estivessem devidamente matriculados na Capitania dos Portos. Tal matrícula

⁷ *Diário de Pernambuco*. Recife, n. 64, 16 mar. 1844. p. 4.

⁸ Sobre essa categoria, ver: CHALHOUN, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

deveria ser renovada a cada ano. Walter Fraga Filho destacou a relevância dessas práticas na transição do trabalho compulsório para o trabalho livre no Brasil:

Além dos trabalhadores de rua, as autoridades vinham implementando medidas de controle das criadas e criados domésticos. Em 30 de dezembro de 1886, a Câmara de Salvador, respondendo às requisições do chefe de polícia e aos “reclamos do público”, elaborou algumas posturas regulando a relação entre amos e criados. Na verdade, eram medidas que refletiam a preocupação das autoridades com o rápido declínio da escravidão. O conteúdo das posturas revelava as principais preocupações dos camaristas em estabelecer o controle policial sobre os criados, obrigá-los a cumprir contratos e garantir que a oferta do serviço fosse feita segundo os preceitos higienistas de então.⁹

Na capital da província de Pernambuco, a preocupação não foi diferente: nota expedida pela Capitania dos Portos e publicada no *Diário de Pernambuco* em junho de 1861 (mais tarde, várias vezes republicada) evidencia a inquietação das autoridades locais com a vigilância sobre os trabalhadores à beira do cais do Recife:

De ordem do sr. Chefe divisão, capitão do porto se faz publico que qualquer estivador, que como mestre tomar conta de alguma embarcação para estivar, não estando matriculado como tal, será preso e entregue a autoridade por exercer uma profissão de que não tem título, ou recrutado porá armada. Só os mestres matriculados nesta capitania podem tomar conta desse serviço, e não empregarão pessoa alguma sem matrícula, sob pena de multa ou prisão na casa de detenção. Tanto os mestres como estivadores, como os que se empregarem nesse serviço, terão em seu poder e bem condicionadas suas matrículas para serem presentes às rondas da capitania.¹⁰

5

Preservar o patrimônio dos donos de embarcações, bem como suas cargas, parece ter sido a preocupação primeira da notificação expedida pela Capitania dos Portos. As condições dos trabalhadores eram as mais precárias possíveis, como evidenciavam cotidianamente as manchetes de jornais, através das notícias de acidentes de trabalho. As vítimas eram sempre os trabalhadores. As leituras apontam a origem étnica das vítimas, corroborando que poucos eram os trabalhadores de cor branca que labutavam no cais do porto, como já constatado em outras pesquisas. Quanto ao acidente ocorrido no navio Anglia, por exemplo, dos 12 acidentados apenas um era branco, dois não tinham registro de cor e todos os demais eram pretos e pardos. Noutras ocorrências policiais, os registros de cor, seja de réus ou vítimas, eram em sua maioria de pretos e pardos.

Esses registros não querem de forma alguma mostrar que os não brancos eram mais propensos à criminalidade, como acreditavam as teorias racialistas advindas da

⁹ FRAGA FILHO, Walter. **Encruzilhada da liberdade**. Campinas: Editora da Unicamp, 2006. p. 332.

¹⁰ **Diário de Pernambuco**. Recife, n. 133, 11 jun. 1861. p. 3.

ciência do século XIX.¹¹ Mostram, sim, que a violência recaía mais sobre os egressos da escravidão e seus descendentes, violência está intrinsecamente relacionada ao preconceito e à discriminação dos quais eram vítimas as pessoas pertencentes a esse segmento da sociedade.

Não era assim que pensava a elite: as “razões” de uma briga entre estivadores, no Cais do Apolo, descrita pelo *Jornal Pequeno*, sugerem que a violência era inerente a esse povo rude, incapaz de raciocinar, que, por questiúnculas, saía aos bofetões: “Os doestos [insultos] chulos, as chocarrices [os gracejos], as pilhérias insulsas e de mal [sic] gosto, enfim, todo este inesgotável repertório de parvoíces reinante nas reuniões de estivadores e indivíduos de baixa classe, ocasionam sempre, força a dize-la, resultados funestos e cenas trágicas”.¹² Foi com essas palavras que explicaram as razões de um conflito ocorrido às 10 horas da manhã do dia 2 de abril de 1912 à beira do Cais do Apolo, entre Generino Dias dos Santos e Pedro de tal. O resultado foi que Pedro sacou da Mauser que carregava a tiracolo e feriu Generino no baixo ventre. Sobre o estado de saúde de Generino, o jornal registrou: “À hora em que escrevemos sabemos não ser lisonjeiro o estado da vítima”.

Brigas, discussões e mortes faziam parte do cotidiano dos trabalhadores das docas do Recife, como apontam as notícias dos jornais. As razões eram várias, todas relacionadas com as desavenças advindas das relações de trabalho, que para os redatores dos jornais se tratava de “questiúnculas”, futilidades e desinteligências. Na verdade, os motivos estavam relacionados com a precariedade das condições de trabalho, com a hierarquização do trabalho e com o controle que os patrões exerciam sobre os trabalhadores, visando limitar a autonomia da categoria. Prova disso é que, anualmente, deviam se cadastrar na capitania e se matricular. Quem não o fizesse por algum motivo estava excluído do trabalho. Alguns conseguiam, outros não. E mesmo os representantes dos armadores muitas vezes preferiam os que não estivessem vinculados às associações mutualistas, pois estavam mais vulneráveis, como veremos adiante.

Portanto, as disputas havidas dentro da categoria estavam mais relacionadas à luta pela sobrevivência do que a picuinhas de pouca monta. As fronteiras entre a harmonia e a desarmonia eram muito tênues, como demonstra a descrição feita sobre a briga entre Fingão e Santa Cruz, que às vezes pareciam se dar tão bem e por outras pareciam ser inimigos figadais:

¹¹ Sobre esta questão, ver: SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

¹² **Jornal Pequeno**. Recife, n. 77, 3 abr. 1912. p. 2.

Por uma simples questão de trabalho à [sic] bordo, ficaram desavindos os estivadores Francisco Fingão, residente na Cabanga, 2^o. Distrito, e Santa Cruz, residente em Santo Amaro. Sempre que trabalhavam juntos trocavam epítetos e grosserias e hoje, muito cedo, tiveram nova resinga por causa de escolha de pessoal que devia trabalhar à [sic] bordo do Araguaia aterrado no porto.

Depois desta resinga, Santa Cruz prometeu vingar-se, o que fez as 12:30 da tarde, quando Francisco Fingão se achava na venda de Albino de Souza Ramos, à rua de São Jorge, n. 185, em palestra com alguns camaradas.

Santa Cruz, após ligeira altercação com o seu desafeto, sacou de um revólver disparando à queima roupa, indo a bala alojarse no peito direito de Fingão.¹³

A vítima, Francisco Fingão, era um moço de cor preta, casado e com filhos menores. O criminoso também era moço, forte, de cor parda. Algumas testemunhas colocaram em dúvida se realmente eles eram rivais, alguns afirmaram que eram amigos. Caso a segunda afirmação seja verdadeira, mostra realmente que as circunstâncias do trabalho turvavam as amizades. E esse não foi caso isolado: outra briga entre companheiros de trabalho terminou em morte, dessa vez num cais do bairro do Recife. Apesar de amigos, volta e meia estavam arengando um com o outro, em virtude das relações de trabalho. A vítima, Napoleão do Espírito Santo, 30 anos de idade, de cor preta; o criminoso, Anníbal Ferreira de Assis, 21 anos de idade, de cor parda. A fatalidade foi descrita da forma seguinte:

Hoje pela manhã, um estivador, por motivos fúteis, assassinou friamente um seu companheiro [...]. O estivador Anníbal Ferreira de Assis, por questiúnculas de serviço vivia a resingar com o eu companheiro Napoleão Pereira do Espírito Santo. Não eram, porém, inimigos, as discussões surgiram incidentalmente durante o trabalho a que ambos se entregavam, mas horas depois, voltaram a uma aparente camaradagem.

Nada, pois, fazia prever que se viesse a dar o crime que vamos noticiar: As oito e meia, se encontravam Anníbal Ferreira e Napoleão do Espírito Santo, ainda uma vez por motivos de serviços, travaram ligeira discussão. Antes que esta chegasse a certo estado de exaltação, Anníbal sacou inesperadamente, de uma pistola Mauser e a detonou contra o seu contendor, que atingido no ventre pela bala caiu por terra.¹⁴

Há inúmeros registros acerca de brigas à beira do cais, em virtude da forma como eram feitos os recrutamentos ou chamadas para o trabalho, desde a década de 80 do século XIX¹⁵. Portanto, trata-se de uma permanência que não foi abolida com o fim da

¹³ **Jornal Pequeno**. Recife, n. 117, 27 maio 1909. p. 3.

¹⁴ **Jornal Pequeno**. Recife, n. 41, 21 jun. 1915. p. 2.

¹⁵ Essa reclamação feita ao capitão do Porto de Recife no ano de 1880 revela tais tensões: “Ilmo. Sr. Capitão de mar e guerra e capitão do porto. Os empregados na arrumação da carga e descarga dos navios deste porto, a que chamam de estivadores – reclamam de S.S. providências que cesse a violência, e a extorsão que ultimamente foram vítimas, obrigando-se a que se matriculassem, sob

escravidão. Aliás, a categoria capataz, usada para caracterizar um chefe de turma, diz muito bem sobre essas permanências. Alguns trabalhadores que não caíam “nas graças” dos capatazes eram preteridos. Parece ter sido essa uma das razões do “sarilho”, segundo um jornal, ocorrido no Cais Santos Dumont em 1902:

Anteontem, cerca de duas horas da tarde, no cais Santos Dumont, houve grande sarilho entre estivadores, correndo à dois de fundo o madeiram [sic].

Parecia já apaziguado o conflito quando na ocasião em que alguns estivadores tomavam um bote, afim de irem efetuar o embarque de uns volumes de fazendas, a bordo do vapor alemão Tucuman, um dos estivadores, Francisco Marciano, encolerizado por ter o mestre da turma de estivadores se recusado a leva-lo para também trabalhar em dito carregamento, armado de navalha e com a perícia de verdadeiro capoeira, vibrou forte golpe na região frontal esquerda de João Moniz Tavares, um dos escolhidos pelo mestre para o serviço.

O ofendido apresentou-se ontem à primeira hora da tarde, na repartição da central de polícia, onde às duas horas foi submetido à competente vistoria pelo dr. Costa Gomes, médico legista.

Quanto ao ofensor, evadiu-se, ato contínuo à consumação do delito.¹⁶

As notícias de jornais descrevendo os constantes desentendimentos e brigas nas docas do Recife, embora fossem vistos como “meras desinteligências” dos rústicos trabalhadores, eram na verdade uma questão de justiça (ou injustiça) no trabalho, malgrado as denúncias e intervenções das lideranças da categoria dos estivadores às autoridades competentes.

Os representantes das companhias de navegação, os mestres, queriam impor as formas de contratação dos trabalhadores e quem deveria ser contratado – segundo eles, só os de “bons comportamentos”, disciplinados para o trabalho, física e moralmente capazes. Achavam que estavam ainda sob o regime da escravidão, pois não admitiam a autonomia dos trabalhadores livres, como muito bem frisou Walter Fraga Filho, ao investigar a mentalidade dos ex-senhores de escravos na transição da escravidão para o trabalho livre.¹⁷ Mas os estivadores estavam organizados em torno da sua associação de classe para desespero das companhias de navegação.

Nas primeiras décadas do século XX, as greves foram constantes, sobretudo em virtude do desrespeito do empresariado em relação à organização dos trabalhadores das docas do Recife. Os jornais nos dão uma dimensão dessa “queda

título de empregados no tráfego deste porto, violência por obriga-los a imposições de regulamento de 19 de maio de 1846 e extorsão por pagarem matrícula e selo a que não podem estar obrigados, dando-lhes além disso um capataz; enfim arregimentando-os”. (**DIÁRIO DE PERNAMBUCO**. Recife, n. 81, 9 abr. 1880. p. 2).

¹⁶ **Diário de Pernambuco**. Recife, n. 270, 27 nov. 1902. p. 1.

¹⁷ FRAGA FILHO, op. cit.

de braço”. Em fins de 1907, foi registrada uma das maiores até então. A classe patronal tratou logo de usar os jornais para justificar sua posição e desqualificar o movimento do operariado:

Antes de tudo, é preciso tornar público que os mestres de serviço não pretendem de modo algum diminuir o salário dos trabalhadores, o que eles querem, e resolveram por em prática, é regularizar o mesmo serviço, que a interferência da União dos Estivadores com imposições desarrazoadas.

A União dos Estivadores impõe que só se admita [sic] no serviço os trabalhadores que sejam seus associados e nós entendemos que o trabalho deve ser livre e que nos assiste o direito de admitir quem pelo seu bom comportamento e condições físicas nos pareça aptos [sic] e satisfaça as necessidades e a moralidade. Eles querem que um fiscal nomeado pela referida sociedade dirija os trabalhos a bordo; nós entendemos que a fiscalização no serviço só a nós ou aos nossos prepostos compete. Repetimos, não almejamos a diminuição do salário, fazemos apenas questão pela ordem e moralidade do serviço.¹⁸

A nota acima, assinada por Antônio Gomes de Mello, José Thomas E. Santo e João Pereira da Silva deixa bem explícito que não queriam saber da autonomia dos trabalhadores através de sua entidade de classe. Os autores caracterizavam-na como intervenções e imposições desarrazoadas. Ou seja, os trabalhadores não tinham razões para se organizarem. O discurso liberal de livre acesso ao trabalho era, na verdade, o desejo de escolher os trabalhadores ao bel-prazer, preferindo aqueles que “eles consideravam aptos”, de bom comportamento. É importante notar que muitos dos trabalhadores eram simpáticos às ideias socialistas, como veremos adiante.

Nem sempre os jornais noticiavam na íntegra o que ocorria na cidade, tampouco à beira do cais. Mesmo silenciando, é possível imaginar o que acontecia, mesmo quando, por algum motivo, as notícias eram publicadas “pela metade”. Ao que nos parece, foi o que aconteceu com o conflito ocorrido, entre estivadores e tripulação, dentro do vapor inglês. Sabemos que seis pessoas foram feridas, mas não foi possível, através do jornal, saber se eram estivadores ou membros da tripulação; tampouco foi possível identificar as razões do conflito.¹⁹ “Abafaram” esse caso. Mas nem sempre isso era possível, como no caso do acontecido no ano de 1920, amplamente divulgado em várias edições, nos três grandes jornais pernambucanos da época: *Diário de Pernambuco*, *Jornal do Recife* e *Jornal Pequeno*, conforme veremos a seguir.

¹⁸ **Jornal do Recife**. Recife, n. 248, 31 out. 1907. p. 1.

¹⁹ **Diário de Pernambuco**. Recife, n. 27, 28 jan. 1911. p. 1.

3. Cenas de sangue no cais do porto

As manchetes dos três grandes jornais de Recife acima mencionados estampavam, na primeira semana do mês de julho de 1920, manchetes tais como: “CONFLITO NO CAIS DO PORTO: MORTE E FERIMENTOS”²⁰; “BATALHA CAMPAL NO CAIS DO PORTO: COM MORTOS E FERIDOS”²¹; “GRANDE CONFLITO NA PRAÇA DO COMÉRCIO: OS ESTIVADORES ASSASSINAM UM SOLDADO DE POLÍCIA E FEREM OUTRO”.²²

A manchete que mais incriminava os estivadores foi a do *Jornal Pequeno*. O *Jornal do Recife* estampou na primeira página a fotografia do corpo do cabo Severino Ramos estendido ao chão, com a inscrição: “Cabo Severino Ramos, assassinado barbaramente, ontem, no cais do porto”. Nas edições seguintes, publicou a fotografia do estivador Manoel Joaquim da Silva, preso na enfermaria da Casa de Detenção do Recife, e do soldado Josino de Moraes, internado no Hospital Pedro II. Não publicou fotografia do estivador Pedro Lessa, que, após socorrido, morreu na enfermaria da Casa de Detenção.

Analisamos as versões dos três jornais sobre o fato ocorrido. De modo geral, nas três versões apresentadas, a culpa recaía sobre a “desinteligência” dos estivadores. Dessa vez eles passaram dos limites e deveriam ser exemplarmente punidos. Não por acaso as tropas do Exército, somadas à Cavalaria da Polícia Militar, foram mobilizadas e deram plantão por alguns dias à beira do cais.

Na terça-feira, 6 de junho do mencionado ano de 1920, o *Jornal Pequeno* iniciou a matéria sobre o que denominou grande conflito na Praça do Comércio da seguinte forma: “O bairro do Recife foi teatro, hoje, pela manhã, de grande conflito, promovido por um numeroso grupo de estivadores, resultando de luta, um assassinato e diversos ferimentos”. Em seguida explicava que a origem do conflito estava no impasse acerca da convocação de trabalhadores não associados à União dos Estivadores para o trabalho de carga e descarga, feita pelos agentes das companhias de navegação. E pelo que se depreende da matéria, já havia expectativa de que tal conflito poderia ocorrer a qualquer momento. Aliás, esse problema já vinha de longe, tendo sido caracterizado como “questiúnculas de trabalhos”, em algumas edições dos periódicos, como já mencionamos. Pois bem, dessa vez, nenhum dos jornais reduziu o ocorrido a questiúnculas ou querelas.

²⁰ **Jornal do Recife**. Recife, n. 184, 7 jul. 1920. p. 1.

²¹ **Diário de Pernambuco**. Recife, n. 182, 7 jul. 1920. p. 3.

²² **Jornal Pequeno**. Recife, n. 153, 6 jul. 1920. p. 2.

À beira do cais, naquela manhã, além dos trabalhadores associados à União dos Estivadores, estavam os não associados, os chefes das agências (mestres ou cabos), responsáveis por convocar os trabalhadores, o Chefe de Polícia, Dr. Luiz Corrêa, e dez praças de infantaria do Primeiro Batalhão da Força Pública.

O agente Eunolino Marques passou a convocar os que deveriam trabalhar nas cargas e descargas daquele dia; o clima tenso estava rodeado de estivadores, “o de nome Pedro Lessa de Alcântara, então o intimou em linguagem violenta a só designar operários associados à União dos Estivadores”. Houve bate-boca e acabaram saindo no tapa. Confusão generalizada: tiros, puxa faca, socos, pontapés. O saldo da pancadaria: o cabo Severino Ramos caiu morto, o soldado Josino de Moraes, ferido e Pedro Lessa também foi ferido, mas conseguiu evadir-se do local. Foi encontrado machucado em sua casa, na Avenida Sul, casa n. 2, no bairro de São José; o estivador José Lucas, também ferido, foi preso na Ponte da Boa Vista; o popular José Rodrigues, vítima de uma bala perdida, foi socorrido; o marinheiro Joaquim Diogo da Polícia Marítima também foi ferido.²³

O *Jornal do Recife* buscou fazer uma descrição pormenorizada do conflito, como se houvesse sido testemunha ocular. Provavelmente, construiu essa versão a partir do relato das testemunhas. Reservou um espaço de glória para o cabo Severino Ramos, que tombou com bravura, no cumprimento da ordem dos superiores:

Fora do gradil estava o cabo Severino Ramos, que ao ver seu companheiro caído por terra [soldado Josino] e o avanço do grupo, puxou do “Nagant” [revólver]. Quando o ia detonar, o primeiro delegado gritou que o não fizesse a fim de evitar que a situação se agravasse.

O dr. Manoel Cândido não sabia que o soldado Josino fora apunhalado. A ordem de s.s., se não fosse essa circunstância, seria louvável. O cabo Severino baixou a mão, em sinal de obediência, mas, vendo que morria, levantou-a novamente para detonar a carga. Os projéteis atingiram Pedro Lessa e mais outros dois dos atacantes.

Tendo detonado todas as balas do revólver Severino Ramos foi apunhalado pelas costas, pela frente e pelos lados. Tinha sido envolvido pelos estivadores. Abrindo os braços, a vítima exclamou: ‘Não deveriam me abandonar, estou morto!’ E rolou por terra sem vida. A exclamação de Severino se referia ao fato de terem alguns soldados abandonado o campo de luta. Outra coisa, porém, não podiam fazer se estavam armados somente a sabre.²⁴

Na narrativa dramática do periódico, evidencia-se que houve covardia por parte dos colegas de farda de Severino, que o abandonaram em plena luta, e que os estivadores agiram covardemente, posto que esfaquearam a vítima diversas vezes,

²³ **Diário de Pernambuco**. Recife, n. 181, 6 jul. 1920. p. 2.

²⁴ **Jornal do Recife**. Recife, n. 184, 7 jul. 1920. p. 1.

estando em número superior. Severino morreu no exercício da sua função, razão pela qual recebeu menção honrosa. Há versões de que eram de 350 estivadores amotinados.

No dia seguinte à refrega, os jornais aventavam que tudo estava tranquilo, mas havia policiamento ostensivo em cada esquina da região central da cidade do Recife. Preventivamente, segundo eles, as autoridades mandaram para o local, onde no dia anterior tinha ocorrido a “batalha campal”, 20 praças da cavalaria e 15 da infantaria, todos devidamente municados: “Está estabelecida a ordem do serviço de estiva, perturbado ontem do modo mais insólito e condenável, conforme noticiamos, por um número de grupo de operários dominados da preocupação absurda de impedir a liberdade de trabalho aos que não pertencem à União dos Estivadores”.²⁵

Os trabalhadores não associados à União dos Estivadores eram, em sua maioria, retirantes vindos do interior que, na falta de oportunidades, se submetiam às condições ínfimas de trabalho que lhes ofereciam os agenciadores das empresas de navegação. As condições de trabalho já eram precárias para os associados, como mostram as reivindicações da direção da associação da classe patronal. Com isso, as notícias de acidentes ocorridas no cais do porto eram cotidianas.

Além da ostensividade da força policial nos dias seguintes aos acontecimentos em 6 de julho, a caça às bruxas não teve trégua. Foi preso o estivador Luiz Corrêa, acusado de ser um dos responsáveis pela morte do cabo Severino. Inquirido sobre o acontecido, ele, como se diz no jargão popular, “levou uma dura e abriu o cadeado”. Deu o nome de alguns dos camaradas que estiveram com ele no dia anterior: Pedro Lessa, José Maceió, José Carvalho, Pedro Lyra, José Matutino, José Nogueira, Napoleão de tal, ex-praça da força pública e outros. E disse mais: “Que nas docas, ultimamente, se dizia que Pedro Lessa e seus companheiros, orientados por João Santa Cruz, preparavam uma reação contra os operários não associados à União dos Estivadores, admitidos no serviço de carga e descarga, reação levada ontem a efeito, como já conhecido”.²⁶

Foi aberto o inquérito policial pelas autoridades competentes. Alguns dos depoimentos, ou partes deles, foram reproduzidos pelos jornais locais. Umbelino Sacramento, um dos responsáveis da Agência Wilson Sons e outras empresas, contratante de cargas e descargas do Lloyd Brasileiro, disse que já trabalhava há 12 anos no Porto do Recife como contratante com estivadores associados e “outros mandados vir do interior e que não pertencem a nenhuma associação de classe”.

²⁵ **Jornal Pequeno**. Recife, n. 154, 7 jul. 1920. p. 1.

²⁶ *Ibidem*.

Disse mais, que alguns associados foram excluídos dos trabalhos em virtude das últimas greves ocorridas nas docas:

Alguns trabalhadores associados, conhecidamente verdadeiros implantadores de anarquia no trabalho de estiva, que nesses últimos dias vinha notando certa exaltação de ânimo da parte dos associados Pedro Lessa de Alcântara, Manoel Guilherme, Hermínio de tal, Manoel Joaquim Garcia e outros. Todos orientados pelo presidente da associação dos estivadores, João Santa Cruz, que de todas as formas vem procurando estes associados obstar os não associados trabalharem na estiva.²⁷

Pedro Lessa, citado como uma das lideranças dos estivadores, foi um dos feridos no confronto. Mesmo machucado, conseguiu chegar em sua residência no bairro de São José, onde foi preso. Em estado grave, foi levado para a enfermaria da Casa de Detenção onde foi inquirido. O *Jornal do Recife*, ao descrever parte de seu depoimento, construiu o seu perfil, em nossa opinião, tomando por base os pressupostos das teorias racialistas do século XIX, que endereçavam aos não brancos os “atributos” da criminalidade. A ênfase nas várias cicatrizes pelo pescoço sugere que não se tratava de “gente de bem”. As cicatrizes no pescoço representariam a índole, o carácter do sujeito, conforme Lombroso, um dos pais do racialismo científico do século XIX. E mais: a descrição deixa evidente o seu rancor, mesmo nas condições em que se encontrava, pois não havia remorso, mas desejo de vingança. E atribuía-lhe ingratidão e desconfiança acerca de “favor” que recebera de um médico que lhe servira água:

É preto, magro, 51 anos de idade e tem várias cicatrizes pelo pescoço.
No seu depoimento, disse ele ignorar como tivesse sido ferido e que não tinha tomado parte na luta.
Manifestou grande ódio ao major Umbelino Sacramento, chefe da descarga do Lloyd, deixando transparecer que o mata se ficar curado.
Em dado momento Pedro Lessa pediu água, e ao ser satisfeito pelo médico daquele departamento de correção, dr. Góes Cavalcante, perguntou: “- Dr., o senhor botou veneno nesta água?”²⁸

Os três grandes jornais do Recife se ocuparam com a matéria do conflito ocorrido à beira do cais. Geralmente nas primeiras páginas, com títulos em letras maiúsculas, como o caso merecia. Na sexta-feira, dia 9 do mês citado, o *Diário de Pernambuco* fez a descrição do sepultamento de Pedro Lessa, falecido no leito da enfermaria da Casa de Detenção do Recife, em virtude dos ferimentos. Um grande aparato militar foi montado. O clima era de apreensão. Foi proibida ao operariado,

²⁷ **Diário de Pernambuco**. Recife, n. 182, 7 jul. 1920. p. 3.

²⁸ **Jornal do Recife**. Recife, n.184, 7 jul. 1920. p. 1.

que compareceu em peso, qualquer manifestação em homenagem à liderança dos estivadores. A diretoria da União dos Estivadores “negociou” com as autoridades o direito de fazer um sepultamento justo e assim se fez. A descrição é longa, mas significativa por mostrar a politização do ato, inclusive com palavras de ordem e o hino da Internacional Socialista ao baixar o féretro ao túmulo. O cortejo, que saiu da sede da federação dos operários do Recife, percorreu algumas ruas centrais do Recife, sob a vigilância atenta dos responsáveis pela “manutenção da ordem e bem-estar” da sociedade.

A associação dos estivadores pretendia fazer um grande ato de protesto, com o corpo presente de Pedro Lessa, o que foi proibido pelo Chefe de Polícia, mas, estrategicamente, os organizadores fizeram o cortejo com o caixão vazio até o necrotério. De lá, com o corpo do estivador dentro do esquife, seguiram em direção ao campo santo, onde Pedro seria sepultado com as honras de operário que lutou pela categoria, contra a volúpia do capital.

A União dos estivadores e outras associações confederadas solicitaram ao sr. Chefe de polícia a entrega do cadáver. O dr. Luiz Correia deferiu o pedido sob condição de efetuar-se a inumação às 15 horas, saindo o féretro do necrotério para o cemitério de Santo Amaro diretamente.

Motivou essa providência do chefe de segurança pública, ter s.s. sabido que os estivadores intencionavam levar o cadáver para a sede da federação, onde realizaria um *meeting*, percorrendo depois as ruas da cidade, rumo ao cemitério ao som d’ A internacional.

Às 14 horas, partiu da sede da federação dos trabalhadores número imenso de operários conduzindo, vazio, o ataúde destinado a receber os restos mortais do seu companheiro desaparecido.

Até a ponte da Boa Vista, foi o préstito acompanhado por uma força de 25 praças, sob o comando do tenente Gamboa; e daquela local até ao cemitério por uma patrulha de 25 policiais sob o comando do tenente Geraldo. Em frente ao necrotério achava-se um contingente de 20 praças e na repartição central de polícia outro igual número. No cemitério outro de 35 praças de cavalaria dividida em três pelotões, outro de cavalaria no Ponto Cem Réis de Santo Amaro.

No campo santo, os operários cantaram o hino socialista “A internacional”. Ao baixar o corpo à sepultura discursaram vários trabalhadores.

Às 17 horas, retiraram-se todos sendo acompanhados pela polícia até a sede da federação dos trabalhadores, onde se dispersaram.²⁹

A estratégia de fazer o protesto saindo da federação até o necrotério, com o ataúde vazio, mostra que os trabalhadores, no caso específico, os estivadores, não eram assim tão “desinteligentes” como sugeriam as notas dos jornais, quando se

²⁹ **Diário de Pernambuco.** Recife, n. 184, 9 jul. 1920. p. 1.

referiam às brigas no cais das docas. Fica mais do que evidente que as brigas se davam em decorrência da organização do trabalho pelas agências responsáveis pelo transporte da mercadoria. Eram, sim, trabalhadores politizados – não por acaso cantaram o hino da Internacional Socialista no ato do sepultamento do companheiro Pedro Lessa Alcântara. É sobre essa organização que falaremos a seguir.

4. Estivadores politizados

A entidade dos estivadores da cidade do Recife foi fundada em março de 1891, com a finalidade organizar a categoria. Antes dela, quem escolhia os trabalhadores para cargas e descargas eram os mestres ou cabos, agentes das empresas de navegação. Estes só escolhiam os que, segundo suas perspectivas, eram “bons trabalhadores”. Ou seja, os que se submetiam às condições por eles estabelecidas. Como já mencionamos, na prática, ainda imperava a mentalidade escravista, de modo que os trabalhadores livres eram tratados como se fossem escravizados. A exigência de matrículas na Chefatura de Polícia era uma das formas de disciplinamento da força de trabalho ao capital; portanto, estrutura jurídico-administrativa e donos do capital eram dois lados de uma mesma moeda. Os que não estivessem matriculados estavam sujeitos à prisão por violarem as posturas municipais.³⁰

A fundação da entidade de classe, denominada inicialmente de União Beneficente dos Estivadores, passou por uma reorganização em 1894 e se auto intitulou Sociedade União dos Estivadores, tendo entre os seus objetivos a defesa da categoria contra a violência de toda ordem, presente no mundo do trabalho. Nas docas, por ser um lugar tido como de pessoas da baixa camada social, descendentes de escravizados, a violência se fazia de forma generalizada e naturalizada. Na alínea “b” do primeiro artigo dos estatutos da Sociedade, constava que a entidade deveria “prestar defesa gratuita obrigatória em caso de prisão, perseguição injusta ou abusos que seus associados possam ser vítimas”.³¹

A preocupação com a cultura letrada era outra prerrogativa da sociedade. Na alínea I do mesmo artigo 1º do estatuto, propunha-se a “criação de aulas de instruções, jornais de propaganda e uma biblioteca quando os recursos sociais permitirem e promover conferências e preleções que interessem à classe”³². Esses

³⁰ “Em consequências de resolução da capitania do porto, só podem incumbir-se de estivado de qualquer embarcação os estivadores que estiverem matriculados naquela capitania, sob pena de serem os contraventores punidos” (**Diário de Pernambuco**. Recife, n. 135, 13 jun. 1861. p. 9).

³¹ Extrato do Estatuto da Sociedade União dos Estivadores (**Diário de Pernambuco**. Recife, n. 241, 29 ago. 1906. p. 3).

³² **Diário de Pernambuco**. Recife, n. 241, 29 ago. 1906. p. 3.

objetivos foram alcançados posteriormente: “as escolas noturnas e a biblioteca de sociologia da União dos Estivadores” foram inauguradas no 9 de janeiro de 1918, conforme noticiou o *Diario de Pernambuco*.³³ O jornal da categoria, denominado *Tribuna do Povo*, circulou no mesmo ano.³⁴ Publicado em parceria com outras entidades de trabalhadores do Recife, era combativo, razão pela qual Antônio Bernardo Canella, o responsável, foi intimado a depor na Subdelegacia de Santo Antônio pelo teor de uma matéria veiculada em agosto de 1918:

Tendo o jornal socialista Tribuna do Povo, órgão da União dos Estivadores e de outras sociedades operárias desta capital publicado artigos incendiários, insuflando o operariado à revolução, o seu responsável, sr. Antônio Bernardo Canella foi intimado a comparecer ao gabinete do chefe de polícia. Efetuada a intimação pelo subdelegado de Santo Antônio, compareceu o operário acima ao gabinete do sr. Desembargador Antônio Guimarães. S. Exc. fez-lhe ver a inconveniência da linguagem da Tribuna do Povo no momento atual.³⁵

Encontramos evidências de um outro órgão de comunicação dos estivadores do Recife. O *Jornal do Recife*, em maio de 1918, acusou o recebimento de um exemplar *D'Ação*, órgão da Sociedade dos Estivadores. Foi uma edição em homenagem ao 1º de maio, data consagrada ao trabalhador.³⁶ No entanto, não encontramos nenhum desses dois veículos de comunicação do operariado na Hemeroteca Digital, através da qual consultamos os três jornais de maior circulação do Recife, no período da pesquisa em questão.

Na notícia veiculada pelo *Diario de Pernambuco* citando o “enquadramento” do responsável pela *Tribuna do Povo* pelo subdelegado, um dos argumentos era de que o jornal, com sua linguagem incendiária, insuflava o operariado à revolução. Ledo engano, pois já estavam politizados, como demonstram as manifestações nas assembleias em favor do socialismo e contra a exploração do homem pelo homem. Numa das assembleias realizadas em janeiro de 1907, ano em que irrompeu uma das greves do novo século no bairro do Recife, os ânimos estavam exaltados. A fala de José Trigueiro foi emblemática, houve quem dissesse, contraditoriamente, que a greve estivesse do lado dos mestres, ao mesmo tempo em que se lembrou das finalidades da associação: defender os direitos da categoria, segundo os estatutos.

³³ **Diario de Pernambuco**. Recife, n. 8, 9 jan. 1918. p. 2.

³⁴ “Sumário da imprensa: Tribuna do Povo – Recebemos o n. 13, Ano I da Tribuna do Povo, órgão da Sociedade União dos Estivadores de Pernambuco, defensor dos interesses coletivos do operariado, o qual circulou ontem” (**Diario de Pernambuco**. Recife, n. 188, 11 jul. 1918. p. 1).

³⁵ **Diario de Pernambuco**. Recife, n. 228, 20 ago. 1918. p. 4.

³⁶ **Jornal do Recife**. Recife, n. 118, 2 maio 1918. p. 1.

Um dos estivadores ergueu-se e declarou que os seus companheiros não deveriam ceder. Esta opinião provocou calorosos aplausos e todos uníssonos disseram: “- não devemos nos sujeitar às imposições dos mestres”. Um outro estivador, pedindo a palavra, disse que a greve estava do lado dos mestres pois que eram estes que procuravam impor a sua vontade. Nessa sociedade tem uma lei em vigor, devemos, portanto, envidar todos os esforços a fim de fazer valer. Em um momento de entusiasmo o orador, que se chama José Trigueiro, disse: “- derramaremos sangue, se preciso for, mas não nos sujeitaremos as [sic] imposições injustas”. Francos apoiados conquistou o orador dos seus companheiros de trabalho.³⁷

As assembleias eram espaços para cuidar dos interesses da categoria, mas também da defesa de princípios ideológicos. Rodolfo Lima, manifestou-se em defesa do socialismo e foi aplaudido. Um companheiro, Carolino, discordou. Nesse momento, João Ezequiel tomou a palavra e calou o oponente. Um correspondente do *Jornal do Recife* registrou o debate de forma debochada, deixando evidente a simpatia de segmentos da categoria pelo socialismo.

Na reunião dos estivadores, em imponente assembleia de operários, Rodolfo Lima, um artista na verdadeira expressão da palavra, num arroubo de eloquência fez apologia do socialismo, descendo da tribuna debaixo de uma ruidosa salva de aplausos. Ainda ressoavam as últimas ovações, quando um Sr. Carolino Silva, ereto e grave como o conselheiro Acácio, começou a deitar um gosmado puchado [sic] à sustância contra o direito de lutar contra a especulação capitalista. Murmúrios, sinais de desagrado, o diabo a quatro, e para completar a obra, o João Ezequiel deitou-lhe sal na Moreira [sic], proferindo algumas palavras enérgicas e vibrantes. E lá se foi o Carolino chorar na cama que é lugar quente.³⁸

Outras manifestações em favor do socialismo e de críticas ao sistema capitalista foram registradas, sobretudo nos momentos de enfrentamento com as autoridades constituídas. Após o conflito ocorrido em julho de 1920, como já mencionado anteriormente, um boletim foi afixado na Praça da Independência, na manhã do dia 7 de julho, por volta das onze e meia da manhã. A mensagem foi reproduzida pelo *Jornal Pequeno*:

Além de rouba-los, o capitalismo chacina os trabalhadores.
Volta no regime de paz e concórdia, o regime das caçadas humanas.
O sr. Umbelino desautoriza o primeiro delegado da capital, ordenando aos policiais fazerem fogo contra os trabalhadores indefesos.
À Revolta, Proletários!³⁹

³⁷ **Diário de Pernambuco**. Recife, n. 248, 31 out. 1907. p. 1.

³⁸ **Jornal do Recife**. Recife, n. 74, 1º abr. 1900. p. 1.

³⁹ **Jornal Pequeno**. Recife, n. 154, 7 jul. 1920. p. 2.

A data do 1º de maio era celebrada pelos trabalhadores. A organização acontecia geralmente na sede da Sociedade União dos Estivadores, quando não na Confederação Operária de Pernambuco. Aliás, na primeira diretoria da confederação, fundada em 1908, estavam presentes estivadores: João Bosco, como tesoureiro, e João Santos, na comissão de fiscal.

A presença das lideranças dos estivadores, juntamente com a categoria, nas reivindicações do operariado nas primeiras décadas do século XX eram primordiais ao desencadeamento do processo. O movimento paredista de 1906 atingiu várias categorias. Lá estavam os estivadores, que, diga-se de passagem, foram os últimos a sair,⁴⁰ grande repressão e prisões. Na ocasião alguns estivadores foram presos. Nos seus bolsos foram encontradas “munições ideológicas”, além de objetos pessoais e até de proteção individual: no bolso do paletó de Samuel Vieira, foram encontrados vários boletins, cópia de telegrama para o Rio de Janeiro,⁴¹ um cartão de Hortêncio Costa, com o seguinte lema: “Proletários de todos os países, uni-vos”, um exemplar dos estatutos da União dos Estivadores e um outro cartão de Hortêncio Costa, felicitando pelo bom êxito do *meeting* que promoveram. No bolso de Severino José Nascimento: um apito, recibos de boletins, um cartão de Samuel Vieira da Cunha, com os dizeres: “A humanidade é o supremo ideal”. Nas algibeiras de Antônio José de Lima, vários objetos, aparentemente de uso pessoal, como espelho, um vidro de odontalgina, a fórmula do farmacêutico e uma oração de São Jorge.⁴² Outros foram presos com outras orações em seus bolsos, mas chamou a atenção uma de São Jorge/Ogum, um santo/orixá conhecidamente “guerreiro”, tanto na tradição católica popular, quanto nas religiões de matriz africana, respectivamente.

Foi em defesa dos associados que a diretoria da Sociedade União dos Estivadores criou uma comissão composta por João Joaquim da Silva, Lauro dos Santos Leal, Pedro de Andrade Lyra e Benedito Caetano Ramos, a fim de se dirigirem ao Desembargador de Polícia, Antônio Guimarães, de modo a prestar a seguinte

⁴⁰ “Podemos considerar terminada a greve dos trabalhadores de armazéns e carregadores, que, desde o dia 7 do corrente, traz interessada a população desta cidade. Só uma classe, a dos estivadores, faltava a afastar-se dos grevistas para o estabelecimento normal da vida comercial no bairro do Recife” (**Jornal do Recife**. Recife, n. 261, 17 nov. 1906. p. 1).

⁴¹ O teor do telegrama: “Rio-SP. 150 União dos Estivadores – Corre boato remessa vinte contos. Responder urgência”. No mesmo ano eclodiu uma greve no porto do Rio de Janeiro. Aliás, as greves nos demais portos, inclusive do exterior, eram notícias nos periódicos locais.

⁴² A oração “capturada” era a seguinte: “Valha-me, Senhor Jorge, cavaleiro de Jesus Cristo, montado no seu cavalo russo pombo, chegou na porta de Jesus, ajoelhou três vezes. Jesus Cristo perguntou: Quem vem lá? Sou eu, Jorge. Aonde vais, Jorge? Vou em casa de um homem fazer um homem. Jesus Cristo disse: Jorge, leve seis cruzeiros, três adiante e três atrás, teu inimigo tendo olhos não te há de ver, se tiver boca não te há de te falar, se tiver pé, não te há de acompanhar, se tiver mãos, não te há de levantar, se tiver arma de fogo, não há de atirar, qualquer arma de fogo dele carregará água de cano, assim como nossa mãe Maria Santíssima botou lágrimas pelos olhos por seu bento filho no rio Jordão. Domine Christie. Domine Jorge”. (**Jornal do Recife**. Recife, n. 261, 17 nov. 1906. p. 1).

queixa: “O estivador Jorge Marques, ao terminar a jornada de trabalho nas docas do Recife, dirigiu-se para sua residência já tarde da noite. Ao chegar no distrito de Santo Amaro, foi o mesmo preso, muito embora provasse estar com os documentos. Os soldados, segundo o depoimento alegaram que a ordem que tinha da autoridade superior local, era para prender qualquer indivíduo que andasse mal trajado altas horas da noite pelo distrito”. E acrescentaram: “Por isso não queremos saber de documentos”. A comissão caracterizou a ação como abuso de autoridade e, mais, disse que outro sócio da referida sociedade havia sido preso recentemente nas mesmas condições de Jorge Marques.⁴³

Os mesmos jornais que desqualificavam as demandas dos estivadores com termos como “desinteligências” e brigas por questiúnculas de trabalho ou que os caracterizavam como gente rude advinda dos baixos estratos da população, foram os que nos forneceram, através das suas publicações, outra possibilidade de caracterizar tais trabalhadores: eram homens politizados, que brigavam por seus direitos efetivos, buscavam a plena cidadania que a jovem República lhes negava, sobretudo, no mundo do trabalho. Em suma, recusavam-se a ser apenas quase-cidadãos.

5. Uma leitura a contrapelo: à guisa de conclusão

Nosso objetivo neste artigo foi, a partir da proposta de Benjamim, “escovar a História a contrapelo”, construir uma reflexão acerca da organização dos estivadores das docas da cidade do Recife, no período compreendido entre 1891 e 1920. Nossas fontes privilegiadas foram os três jornais de maior circulação que cobriam o período investigado. Partimos do pressuposto de que aquilo que os jornais denominavam de desinteligências e questiúnculas por causa de trabalho, atribuídas aos estivadores, eram muito mais do que isso. Por detrás do que eram aos olhos dos jornais questões secundárias, picuinhas de pessoas pouco esclarecidas, estava a luta pelo direito à existência, num contexto de transição, no qual as palavras de ordem eram: disciplina, higienização, cidadania, trabalho livre, ordem, progresso e superação do atraso. Numa só palavra: República.

Apesar de a organização dos trabalhadores portuários da cidade do Recife ter sido uma das primeiras no Brasil, poucas produções acadêmicas contemplaram tal fato, conforme nos confessou um dos dirigentes da categoria, recentemente. Ele comentou sobre o desejo de construção da História dessa trajetória da categoria.

⁴³ **Diário de Pernambuco**. Recife, n. 139, 23 maio 1918. p. 4.

Pensando nisso, mesmo antes da possibilidade de manusear as fontes disponíveis no sindicato, buscamos saber o que diziam os periódicos acerca dos estivadores.

Encontramos *no Diário de Pernambuco*, o periódico mais antigo, referências anteriores à fundação da entidade, ainda no período da escravidão; mas a ênfase da investigação foi a partir da fundação da primeira entidade, a União Beneficente dos Estivadores, no ano de 1891, três anos após a abolição legal da escravidão, dois anos após a proclamação da República, um ano após a elaboração do Código Penal e ano da promulgação da primeira Constituição republicana, que inaugurava a possibilidade da extensão da cidadania a todos.

As formas ou representações com que os periódicos descreviam os trabalhadores das docas não coincidiam com o que eles exatamente eram na vida real. Portanto, as representações constituem a forma como eles eram vistos pelos outros, não a expressão do “fazer-se” deles próprios. Mas, por outro lado, analisando essas representações a contrapelo, foi possível enxergar para além do que elas diziam. Nesse sentido, acreditamos ter alcançado nosso objetivo: uma História vista debaixo, ainda que tenha sido representada a partir de um dos aparelhos ideológicos do Estado/classe dominante: os meios de comunicação. No caso específico, os periódicos então veiculados na cidade do Recife.